

Notícias e Informações

Resumos das dissertações e teses defendidas no 1º semestre de 2011 no âmbito do Programa de Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado) em Teoria do Estado e Direito Constitucional do Departamento de Direito PUC-Rio.

Aluno: Alceu Maurício Júnio (**DOCTORADO**)

Data: 9 de novembro de 2011

Banca: José Ribas Vieira; Ana Lúcia de Lyra Tavares; Gisele Guimarães Citadino; Juliana Neuenschwander Magalhaes; Jane Reis Gonçalves Pereira

Título: O ESTADO DE RISCO: O ESTADO CONSTITUCIONAL DE DIREITO NO PARADIGMA SOCIAL DO RISCO

Resumo: O direito constitucional enfrenta o desafio de integrar ao seu programa de pesquisa os estudos sobre risco e sociedade desenvolvidos em outros campos das ciências sociais. Em uma sociedade de riscos, o estado incorpora novas funções regulatórias, encontrando desafios relacionados à incerteza e reflexividade científica. A lógica dos riscos demanda uma estrutura dinâmica e especializada para a regulação da sociedade pelo direito, transferindo decisões públicas a corpos técnicos e tribunais sem representação democrática, exacerbando o déficit de de legitimação no estado. Esta tese sustenta que o estado constitucional de direito assume na sociedade atual a configuração de estado de risco, que se caracteriza por tomar a ideia de risco como um dos principais elementos de definição e justificação da ação governamental. Considerando o impacto dos riscos contemporâneos sobre a justificação do Estado, assim como sobre o princípio democrático, os direitos fundamentais e a judicialização das políticas públicas, a tese propõe um modelo constitucionalmente adequado do risco, que procura compatibilizar o caráter político e científico da percepção e avaliação dos riscos com a necessidade de utilização do direito para a regulação de uma sociedade complexa.

Aluno: Carlos Frederico Delage Junqueira de Oliveira (**DOCTORADO**)

Data: 16 de junho de 2011

Banca: Noel Struchiner; Alejandro Bugallo Alvarez; Rachel Barros Nigro; Marcelo de Araujo; Thomas da Rosa de Bustamante

Título: IDENTIDADE DO DIREITO, INDIVIDUALIZAÇÃO DE DISPOSIÇÕES JURÍDICAS E O CARÁTER PEREMPTÓRIO DAS RAZÕES PARA A AÇÃO: UM ESTUDO SOBRE TEORIA DOS SISTEMAS JURÍDICOS DE JOSEPH RAZ

Resumo: O presente trabalho é uma tese autoral de filosofia de direito. Seu objeto é a teoria das normas e dos sistemas jurídicos de J. Raz, especialmente sua contribuição para a doutrina da individualização das disposições jurídicas. Argui-se, com base em Raz, que uma teoria dos sistemas jurídicos deve dar conta de resolver, entre outros, os problemas da identificação dos sistemas jurídicos e da individualização das disposições jurídicas. Espera-se demonstrar que os parâmetros para a determinação dos princípios de individualização do direito, propostos por Raz, partem do pressuposto equivocado de que as características de um sistema jurídico devem necessariamente estar presentes em cada uma das disposições jurídicas individualizadas, a exemplo do que fazem Kelsen e Bentham. Para tanto, será necessário apresentar sua doutrina da identificação dos sistemas jurídicos, bem como sua concepção de normas como razões para a ação. O ponto de partida para criticar a concepção raziana de normas jurídicas como razões para a ação será a teoria das normas desenvolvida por F. Schauer.

Aluno: Silvana Batini César Góes (DOUTORADO)

Data: 22 de fevereiro de 2011

Banca: José Ribas Vieira; Ana Lúcia de Lyra Tavares; João Ricardo Wanderley Dornelles; Carlos Eduardo Adriano Japiassú; Lenio Luiz Streck

Título: POLÍTICA CRIMINAL NO BRASIL DEMOCRATIZADO: VISÕES DE UMA CRISE

Resumo: A Constituição de 88, elaborada no processo de democratização do Brasil no final da década de 80, estabeleceu matrizes para a formulação de uma política criminal consentânea com o novo quadro democrático. O texto constitucional fornece os eixos desta orientação

político-criminal que podem ser resumidos nas seguintes vertentes: as garantias fundamentais de inspiração liberal, a abertura do direito penal para a proteção de bens jurídicos de caráter coletivo e supraindividual e a manutenção do espaço tradicional e histórico de proteção penal. O objetivo deste trabalho é analisar de que forma as leis penais produzidas no quadro democrático se orientaram a partir das diretrizes trazidas pela Constituição. Da mesma forma, pretendemos estudar como a interpretação deste direito posto se deu na jurisprudência, especialmente aquela proveniente do STF. Nossa premissa foi a de que o Poder Legislativo encontrou dificuldades em formular uma política criminal racional para o Brasil, neste período, pois ficou no centro de tensões internas e externas, de onde emergiram direções antagônicas e oscilantes. No quadro de crise de racionalidade do sistema de leis penais, intensificou-se o papel do judiciário e especialmente do STF, pendendo para o ativismo judicial, de maneira que as diretrizes político-criminais brasileiras, hoje, vem sendo ditadas pelo STF. O quadro teórico que se formou como pano de fundo destas tensões institucionais tendeu para um determinado reducionismo. O garantismo penal engloba hoje, no Brasil, boa parte das vertentes críticas do sistema penal, embora sua grade de categorias e princípios seja insuficiente para a readequação da política criminal em moldes mais racionais. Tomando por base os dois atores eleitos - o Legislativo e o STF, estudamos a produção legislativa em matéria penal e a evolução da jurisprudência do Supremo em torno de alguns temas que representam e desdobram os eixos constitucionalmente traçados. Sobre estas trajetórias, buscamos identificar as conexões com o pensamento teórico subjacente. A constatação de que as lacunas de racionalidade do legislador não podem ser supridas satisfatoriamente pelo judiciário em um quadro democrático e que a superação destas deficiências requer escolhas que vão além da adoção do garantismo penal, fizeram com que fossem delineadas algumas propostas político-criminais e que passam pela revalorização do papel da lei penal e pela recuperação de seus níveis de racionalidade.

Aluno: Daniel Brantes Ferreira (**DOCTORADO**)

Data: 13 de junho de 2011

Banca: Nadia de Araujo; Noel Struchiner; Daniela Trejos Vargas; Gisele Guimarães Cittadino; Carlos Eduardo de Abreu Boucault; Maria Guadalupe Piragibe da Fonseca

Título: REALISMO JURÍDICO NORTE-AMERICANO: UMA CONTRIBUIÇÃO PARA O ENSINO JURÍDICO

Resumo: A tese tem como hipótese a importância do realismo jurídico norte-americano para o desenvolvimento do ensino jurídico e das escolas de direito norte-americanas. Para isto três autores serão abordados: Wesley N. Hohfeld, Walter W. Cook e Karl N. Llewellyn. O primeiro capítulo trará uma introdução sobre as questões metodológicas do trabalho. O segundo capítulo fará uma digressão histórica no direito norte-americano para assim, podermos compreender o contexto de surgimento do realismo jurídico. O terceiro capítulo abordará Wesley N. Hohfeld, sua importância para o surgimento do movimento realista e também sua contribuição para a evolução do ensino jurídico norte-americano. O quarto capítulo tratará de Walter W. Cook, sua teoria e sua experiência fracassada no Instituto para o Estudo de Direito de Johns Hopkins. O quinto capítulo tratará especificamente do surgimento do realismo jurídico através dos escritos de Karl N. Llewellyn e também de sua teoria das funções do direito. A crítica de Llewellyn ao ensino jurídico da época será ponto central do capítulo. O sexto capítulo demonstrará o porquê de o movimento realista ter sucumbido tão rápido bem como abordará o seu legado. Finalmente a conclusão demonstrará as limitações do trabalho bem como suas principais contribuições.

Aluno: Carlos Eduardo Cunha Martins Silva (**MESTRADO**)

Data: 11 de outubro de 2011

Banca: Carlos Alberto Plastino Esteban; João Ricardo Wanderley Dornelles; Victória-Amália de Barros Carvalho Gozdawa de Sulocki; Geraldo Luiz Mascarenhas Prado

Título: A DIFUSÃO DO MEDO E A BANALIZAÇÃO DAS PRISÕES PROVISÓRIAS: QUANDO A EXCEÇÃO TORNA-SE A REGRA DO JOGO

Resumo: O manuscrito em questão visa analisar como a incidência do discurso do medo na modernidade fez-se indispensável à constituição do sistema punitivo e à conservação social e econômica. Ademais, partindo desta constatação, indicamos os peculiares reflexos dos discursos do medo no continente americano atrelando-os à formação de um imaginário punitivo levado à efeito pela aplicação das prisões provisórias. Neste cenário, mencionamos também o papel da mídia, como um canal eficaz de propagação do medo e distorção da realidade, responsável pela criação de subjetividades punitivas que naturalizaram esta vertente de encarceramento representada pelas prisões provisórias. Ainda, historiando a virada do poder punitivo na modernidade, desde a aplicação dos suplícios à utilização da prisão, evidenciamos o grande estágio de policização da vida cotidiana, destacando, em particular, a manifestação de um poder soberano em algumas decisões judiciais brasileiras envolvendo a aplicação das prisões provisórias. Com isso, conseguimos compreender uma exceção tendente à supressão dos direitos e das garantias fundamentais dos presos provisórios, bem como uma decorrente condição de invisibilidade jurídica que permanentemente se abate sobre eles.

Aluno: Flávio Garcia Cabral (**MESTRADO**)

Data: 20 de dezembro de 2011

Banca: Ana Lúcia de Lyra Tavares; José Ribas Vieira; Charles Freitas Pessanha

Título: UMA ANÁLISE COMPARATIVA DA ATUAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO DE 1989 A 2010.

Resumo: A presente dissertação pretende abordar os aspectos empíricos da atuação do Tribunal de Contas da União (TCU) no Brasil desde o início da vigência da Constituição de 1988 até 2010. Para tanto, o trabalho se inicia com uma abordagem teórica sobre a prestação de contas estatais, representada por meio do fenômeno da accountability, sendo utilizada a análise realizada por diversos cientistas políticos, notadamente no contexto latino americano. Em um segundo momento, passa-se ao estudo da figura dos Tribunais de Contas, sintetizando as características de alguns modelos base de órgãos de controle externo existentes em outros países, discorrendo-se, posteriormente, sobre breves aspectos históricos do TCU – com ênfase para os debates da Constituinte de 87-88 -, desembocando nos aspectos normativos e institucionais da Corte de Contas no Brasil. Por fim, o trabalho revela as reais feições da atuação do TCU, demonstradas por meio da comparação jurídica sucessiva interna, realizada sob dois principais aspectos norteadores referentes ao Tribunal (a apreciação anual das contas prestadas pelo Presidente da República e o exercício de algumas atividades ordinárias do TCU, tais como fiscalizações, recebimento de denúncias, cobrança executiva, dentre outras), recobrando o período de 1989 a 2010.

Aluno: Leticia da Costa Paes (MESTRADO)

Data: 5 de agosto de 2011

Banca: Bethânia de Albuquerque Assy; Adriano Pilatti; Francisco de Guimaraens; José Ricardo Ferreira Cunha

Título: A POLÍTICA DOS DIREITOS HUMANOS: ENTRE PARADOXOS E PERSPECTIVAS

Resumo: A pesquisa pretende desafiar a teoria tradicional dos direitos humanos e repensá-los sobre uma perspectiva mais dinâmica e complexa. Para isso, o estudo está dividido em três partes. A primeira aborda

os paradoxos que perpassam a teoria e prática destes direitos, tendo como referência principal as obras do jurista Costas Douzinas. A segunda implica uma análise das tradicionais críticas aos direitos humanos que desafiam seu atual princípio organizador. A terceira busca estabelecer algumas perspectivas que possam levar o debate dos direitos humanos para além de uma ótica liberal e deliberativa, privilegiando o pensamento de Jacques Rancière. Com isso, espera-se estabelecer uma compreensão dos direitos humanos que seja capaz de acionar sua política ativa.

Aluno: Luiz Fernando Marrey Moncau (**MESTRADO**)

Data: 8 de julho de 2011

Banca: Bethânia de Albuquerque Assy; Ronaldo Lemos; Mauricio de Albuquerque Rocha

Título: LIBERDADE DE EXPRESSÃO E DIREITO AUTORAL. MAPEANDO UM CONFLITO RESSIGNIFICADO PELA TECNOLOGIA

Resumo: O presente trabalho aborda o potencial de conflito entre a liberdade de expressão e a legislação de direito autoral, apontando como este se desenvolve no contexto das novas tecnologias digitais. O estudo indica que as novas tecnologias digitais e a internet ampliaram drasticamente as possibilidades de cada indivíduo acessar informação e se manifestar, muitas vezes retrabalhando conteúdo protegido por direito autoral, enquanto as regras de proteção ao autor foram se tornando cada vez mais rígidas, tanto no âmbito doméstico como no internacional. Em meio a essas duas engrenagens que se movem em sentidos opostos está a garantia constitucional à liberdade de expressão, cuja relação com o direito autoral tem sido amplamente ignorada no Brasil e, em menor grau, também no exterior. O trabalho apresenta uma análise de como estes dois direitos de *status* constitucional dialogam, afastando a noção de que não haveria um conflito em função das salvaguardas à livre expressão embutidas na legislação autoral. A partir da dinâmica imposta pelas novas tecnologias, este estudo indica que direito à liberdade de expressão precisa ser reinterpretado e ressignificado e aponta algumas novas fronteiras deste debate.

Aluno: Taciela Cordeiro Cylleno (MESTRADO)

Data: 2 de setembro de 2011

Banca: Ana Lúcia de Lyra Tavares; Adriano Pilatti; Volia Bomfim Cassar

Título: DO DEBATE À POSITIVAÇÃO: A PRESCRIÇÃO E A LIBERDADE SINDICAL NO PROCESSO CONSTITUINTE DE 1987/1988

Resumo: Nesta dissertação, busca-se investigar todo o processo decisório – sugestões, considerações, imposições e concessões – relativo à implementação dos direitos sociais dos trabalhadores na Constituição Federal, especificamente no que tange ao prazo prescricional quinquenal, previsto no inciso XXIX do art. 7º e à estrutura sindical, como disposta no artigo 8º. Pretende-se, assim, oferecer uma contribuição que sirva para futuras perspectivas histórico-políticas de interpretação da letra fria do texto constitucional no que tange aos seus artigos 7º e 8º. A partir do estudo documental que permite apreender o processo dialético que levou à promulgação do texto final da constituição brasileira, analisar-se-ão as propostas iniciais, os debates que demonstram o embate de forças “progressistas” e “conservadoras” e, finalmente, a crítica à concepção final resultante deste longo e rico processo jurídico, histórico e social. Na maior parte dos debates sobre interpretação constitucional, parte-se do texto constitucional. O escopo do presente trabalho é buscar a gênese do direito positivado na CF/88, tomando-se o processo constituinte como marco inicial da pesquisa sobre a sistematização e efetividade dos direitos sociais no Brasil.

Aluno: Priscila de Santana (MESTRADO)

Data: 14 de setembro de 2011

Banca: Ana Lúcia de Lyra Tavares; Adriano Pilatti; Maria Alicia Dominguez Uga; Fábio Carvalho Leite

Título: IMPLEMENTAÇÃO DO DIREITO À SAÚDE NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO: CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE E PROMOTÓRIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA DA SAÚDE

Resumo: O presente trabalho aborda, sob a perspectiva do alargamento da democracia participativa, a atuação da Promotoria de Tutela Coletiva da Saúde da capital do Rio de Janeiro junto ao Conselho Municipal de Saúde do Rio de Janeiro. Para isso, dividimos este estudo em três partes. Na primeira, tratamos das premissas fundamentais do nosso objeto, ressaltando a importância do movimento da reforma sanitária na conquista de novos direitos na área da saúde, principalmente, na criação e institucionalização de canais de participação popular. Na segunda, abordamos especificamente o caráter deliberativo do Conselho Municipal de Saúde do Rio de Janeiro e analisamos os debates dos conselheiros para verificar em que medida a atuação do Ministério Público é levada em consideração em seus argumentos. Na terceira, examinamos o papel do Ministério Público como instrumento de controle externo e sua importância na viabilização da democracia participativa dos conselhos de saúde.

Aluno: Ananda Barros Matos (MESTRADO)

Data: 12 de abril de 2011

Banca: Rosângela Lunardelli Cavallazzi; Carlos Alberto Plastino Esteban; Raquel Hemerly Tardin Coelho

Título: DIREITO À CIDADE, PLANO DIRETOR E GESTÃO PARTICIPATIVA: O CASO-REFERÊNCIA DE PARATY

Resumo: Os conflitos urbanos contemporâneos interpelam os campos do direito constitucional e do direito urbanístico, no que tange aos seus desdobramentos no âmbito da tutela do direito à cidade. A presente dissertação realiza reflexões sobre a dimensão da participação popular no processo de construção, implantação e execução dos planos diretores, adotando como caso-referência o município de Paraty, privilegiando a análise do anteprojeto de Lei Complementar do Plano Diretor de Paraty

divulgado pela prefeitura municipal em novembro de 2010. Levando em consideração que a participação popular no planejamento urbano municipal, como signo da democracia e da cidadania, pressupõe um ambiente dotado de transparência, publicidade e abertura às demandas populares, o estudo constatou que a participação popular, ao garantir a legitimidade da norma urbanística, viabiliza a eficácia do plano diretor, na perspectiva da realização das funções sociais da cidade.

Aluno: Andre Luiz Conrado Mendes (MESTRADO)

Data: 13 de junho de 2011

Banca: Bethânia de Albuquerque Assy; José Maria Gomez; José Ricardo Ferreira Cunha

Título: ADVOCACIA POPULAR, UTOPIA E AÇÃO POLÍTICA

Resumo: O trabalho em questão visa analisar o papel dos advogados populares junto ao avanço dos movimentos sociais no Brasil. Estes profissionais ganharam relevo com as transformações da Carta Constitucional de 1988 e seus efeitos na emergência de novos sujeitos e novos direitos na seara política. Também, o fenômeno da judicialização da política, vem demarcando, a cada dia, o Direito como um acirrado campo de disputas e lutas simbólicas pelo monopólio de tradução e atuação das causas e repertórios (capital social), lutas que transbordam nos demais campos sociais (político, cultural, etc), ressignificando o papel destes agentes e suas visões/ projetos de sociedade, e das bandeiras de luta dos movimentos sociais. Buscar-se-á entender quem são estes atores jurídicos, quais suas estratégias de atuação, como estabelecem o diálogo com os movimentos sociais e por fim, como constroem um perfil de militância profissional que tem como eixo o compromisso político e ético que norteia a seu ativismo. Para tanto refletiremos a importância da utopia concreta como catalizador de uma ação política cercada de ideais de Justiça e projetos emancipatórios.

Aluno: Larissa Pinha de Oliveira (MESTRADO)

Data: 28 de fevereiro de 2011

Banca: Ana Lúcia de Lyra Tavares; José Ribas Vieira; Paulo Braga Galvão

Título: PARÂMETROS HERMENÊUTICOS DA MUTAÇÃO CONSTITUCIONAL

Resumo: A presente dissertação pretende investigar na doutrina alemã dos séculos XIX e XX as origens e nuances do fenômeno da mutação constitucional, por intermédio das obras clássicas de Georg Jellinek, Hermann Heller e Konrad Hesse. Através deste exame, busca-se demonstrar a insuficiência do positivismo legalista alemão no tratamento das eventuais contradições entre a realidade e a letra da Constituição. Na transposição da temática para o horizonte brasileiro, por meio da análise dos fenômenos da constitucionalização do Direito, judicialização das relações políticas e sociais e neconstitucionalismo, almeja-se demonstrar o reforço institucional do Poder Judiciário resultante do contexto fático-normativo pós-Constituição de 1988. Esta proeminência judicial culmina em uma atuação ativista, que por vezes desborda os limites textuais da Lei Fundamental. A reclamação 4.335-5/AC se impõe como modelo desta subversão. Nesta quadra, com fulcro na hermenêutica filosófica de Hans-Georg Gadamer se objetiva encontrar o instrumental teórico necessário para combater a discricionariedade e a arbitrariedade judicial, desenvolvendo a noção de mutação constitucional via interpretação enquanto antidiscricionariedade judicial. Neste diapasão, em virtude da assunção do paradigma da intersubjetividade, próprio da hermenêutica filosófica e do Estado democrático de Direito, busca-se investir em uma concepção dialógica e intersubjetiva da mutação constitucional, onde todas as instâncias e a sociedade civil, por intermédio da interpretação, podem influir nos caminhos da mudança informal constitucional.

Aluno: Luiz Eduardo Chauvet (MESTRADO)

Data: 8 de abril de 2011

Banca: Caitlin Sampaio Mulholland; Rosângela Lunardelli Cavallazzi; Rafael Soares Gonçalves

Título: REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA PLENA E DIREITO SOCIAL À MORADIA NO ESPAÇO URBANO

Resumo: O presente trabalho tem, por fim, analisar o procedimento de regularização fundiária como um instrumento de defesa do direito social à moradia no espaço urbano. Nesse sentido, serão apresentados o conceito e a evolução teórica do direito social à moradia, bem como as tensões sociais que contribuíram para a sua previsão atual. Para além, será apresentado o conceito de regularização fundiária sob uma interpretação plena, seus instrumentos de aplicação e sua competência para se verificar como um importante aliado na luta pela concretização do direito à moradia. Por fim, serão apresentadas as razões para que se defenda uma política pública ampla e contínua de regularização fundiária no espaço urbano brasileiro.

Aluno: Márcio Penido Souza Lima (MESTRADO)

Data: 24 de março de 2011

Banca: Francisco de Guimaraens; Gisele Guimarães Cittadino; Mauricio de Albuquerque Rocha

Título: O PODER CONSTITUINTE EM MAQUIAVEL

Resumo: O poder constituinte é conceito de grande importância para a teoria política e para a do direito. Geralmente se atribui a Sieyès o mérito de ter sido o primeiro a conceituar poder constituinte. O presente trabalho pretende argumentará que, na verdade, Maquiavel já havia falado sobre o poder constituinte em sua obra, apesar de não chamar o fenômeno com

esse nome. Para tanto, se irá demonstrar o funcionamento dos conceitos de *virtù *e fortuna na obra de Maquiavel e examinar as instituições necessárias para sua conservação. Após, se abordará o conceito de poder constituinte, o qual não pode ser aprisionado simplesmente nas malhas do direito. Estabelecidas as características do poder constituinte, se demonstrará a presença de seus elementos em Maquiavel.

Aluno: Rafaela Selem Moreira (MESTRADO)

Data: 13 de abril de 2011

Banca: Gisele Guimarães Cittadino; Eliane Botelho Junqueira; Mariana Cavalcanti Rocha dos Santos

Título: DEMOCRATIZAÇÃO DO JUDICIÁRIO NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO: UM ESTUDO SOBRE O ACESSO INDIVIDUAL E COLETIVO DE MORADORES DE FAVELAS À JUSTIÇA CONTEXTUALIZADO A LUZ DE UMA HISTÓRIA DE DESIGUALDADES.

Resumo: Este trabalho visa discutir a democratização do acesso à via estatal judicial de resolução de conflitos a partir da análise do acesso de moradores de favelas cariocas ao judiciário, especialmente após a promulgação da Constituição Federal de 1988. Sob dupla perspectiva, esta pesquisa abrange tanto a dinâmica histórico-temporal desta realidade como também a espacial, no que tange a sua variação nas diferentes áreas de planejamento municipal da cidade – Zona Central, Zona Sul, Zona norte e Zona Oeste. Para tal, realizamos levantamento histórico, com base em dados sociais, econômicos, políticos, culturais, espaciais e demográficos sobre as favelas cariocas e sua relação com o poder público – desde o seu surgimento aos dias atuais. Com base neste cenário, analisamos a relação das favelas e seus moradores com o poder judiciário antes e depois da promulgação da Constituição Federal de 1988 sob dois enfoques, tanto (1) do acesso – individual e coletivo – de moradores de favelas da cidade do Rio de Janeiro ao TJRJ, bem como (2) do posicionamento dos magistrados do Tribunal frente às demandas deste setor da sociedade. As informações e reflexões geradas neste trabalho foram pau-

tadas na sobreposição de dados da realidade social, econômica, política, legislativa do contexto analisado – as favelas na cidade do Rio de Janeiro - e ainda de dados obtidos em pesquisas quantitativas e quali-quantitativas - a partir do cabeçalho e ementas – de julgados cíveis do TJRJ triados a partir da palavra de busca “favela”, desde a sua primeira ocorrência no Tribunal. Além disso, também foi realizada pesquisa quantitativa em cabeçalhos de julgados cíveis do TJRJ que continham os nomes das três maiores favelas (em área) de cada uma das cinco áreas de planejamento municipal. É, portanto, à luz desses dados empíricos que encontramos resultados como: (1) a relação entre o aumento do volume do acesso de moradores de favelas ao TJRJ ao longo do tempo e sua relação com os melhores índices de desenvolvimento social, econômico e cultural da cidade; (2) a baixa incidência de demandas coletivas relacionadas às favelas no judiciário e sua relação com o tratamento omissivo recebido pelos magistrados para estes tipos de ação, apesar de toda a expectativa constituinte em relação ao importante papel deste tipo de demanda para a distribuição de direitos a amplos grupos sociais; (3) a falta de coerência entre as decisões judiciais de magistrados e a realidade social da favela bem como seus ajustes ao longo desta última década; (4) a desmistificação de algumas crenças teóricas consolidadas no que tange às principais > variáveis na promoção do “acesso à justiça” – como, por exemplo, a descentralização do Tribunal de Justiça - a partir de experiências que aparentemente não produziram grandes resultados frente a outras possibilidades de transformações sociais eficazes e compatíveis com a nossa realidade social urbana mais local.

Aluno: Stelly Gomes Leal da Cruz Pacheco (**MESTRADO**)

Data: 6 de maio de 2011

Banca: Maria Celina Bodin de Moraes; Caitlin Sampaio Mulholland; Carlos Edison do Rêgo Monteiro Filho

Título: AS POTENCIALIDADES DO MICROCRÉDITO NA BUSCA DO DESENVOLVIMENTO COMO LIBERDADE

Resumo: Partindo do delineamento conceitual de microcrédito, o presente trabalho identifica suas principais contribuições metodológicas e sua relação direta com a prática, sem descurar do panorama legislativo brasileiro, através de uma análise crítica e propositiva das pessoas jurídicas que podem atuar nessa área. Utilizando como marco teórico as noções de desenvolvimento e de pobreza colhidas da perspectiva de Amartya Sen, o trabalho analisa a proposta de estruturação do Grameem Bank e busca investigar o papel que o microcrédito pode desempenhar no Brasil, seja pela sua potencial contribuição no resgate da autoestima social (nas demandas de justiça distributiva/reconhecimento; no reforço das práticas de economia solidária e na coesão/engajamento social), seja a partir da proposta de seu fomento não apenas no sentido dos bens de capital e capital de giro, mas da produtividade social e microfinanças num enfoque integrativo. A proposta fundamental está na configuração de políticas de sinergia com os programas assistenciais, como potencial instrumento na luta de combate à pobreza, no reforço da coesão/engajamento social e na busca do desenvolvimento econômico visto como liberdade, a partir do incremento das liberdades substantivas e da condição de agente livre e sustentável do homem, como motor fundamental do desenvolvimento. Nessa esteira, pretende-se propor uma visão de sociedade calcada no pleno desenvolvimento humano em substituição à referência pura e simples ao Estado Social, através do enfoque na emancipação do indivíduo, mas principalmente na visão da liberdade individual como comprometimento social, reconhecendo-se, assim, a interdependência entre liberdade e responsabilidade.